De rodovia a avenida urbana: a urgência de humanizar o Eixão



» PAULO CESAR MARQUES DA SILVA
Professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Observatório das Metrópoles

O Eixo Rodoviário de Brasília, popularmente conhecido como Eixão, enfrenta um impasse decisivo sobre o seu verdadeiro papel no espaço urbano da capital. Concebida como uma das espinhas dorsais do Plano Piloto, a via transformou-se ao longo das décadas em uma artéria dominada pela alta velocidade e pela exclusividade dos automóveis, segregando a cidade em vez de integrá-la. Entre 2022 e 2025, dados oficiais registraram 20 mortes e 244 feridos no local, revelando que o modelo atual cobra um preço inaceitável em vidas humanas e evidencia um sério problema de segurança, alimentado pelo descaso com que sucessivas administrações públicas têm tratado a questão.

Para início de conversa, é essencial resgatar o próprio conceito urbanístico que deu origem a Brasília. No esboço inicial de Lucio Costa, a cidade nasce do cruzamento de dois traços simples que marcam a ocupação do território. O Eixão e o Eixo Monumental foram concebidos com equivalente relevância morfológica e funcional. A intenção original do urbanista nunca foi criar uma barreira intransponível dividindo o Plano Piloto em duas bandas, mas, sim, estabelecer um elemento de integração de sua Escala Residencial, como o Eixo Monumental faz com a escala homônima. Ao operar como uma via expressa, o Eixão deturpou esse propósito histórico, impondo a lógica rodoviária a um ambiente estritamente urbano.

Recentemente, a sentença proferida pelo juiz Carlos Maroja determinou que o GDF elabore em seis meses um plano abrangente para humanizar a via, considerando todo o universo de usuários. Nesse cenário, a redução do limite de velocidade surge como uma medida emergencial indispensável para evitar que vidas continuem sendo perdidas. Contudo, isso não é uma solução suficiente por si só, nem foi essa a intenção da sentença. Trata-se de uma intervenção de socorro imediato enquanto o governo não implementa o conjunto de medidas definitivas, muitas das quais já foram anunciadas inúmeras vezes e jamais saíram do papel.

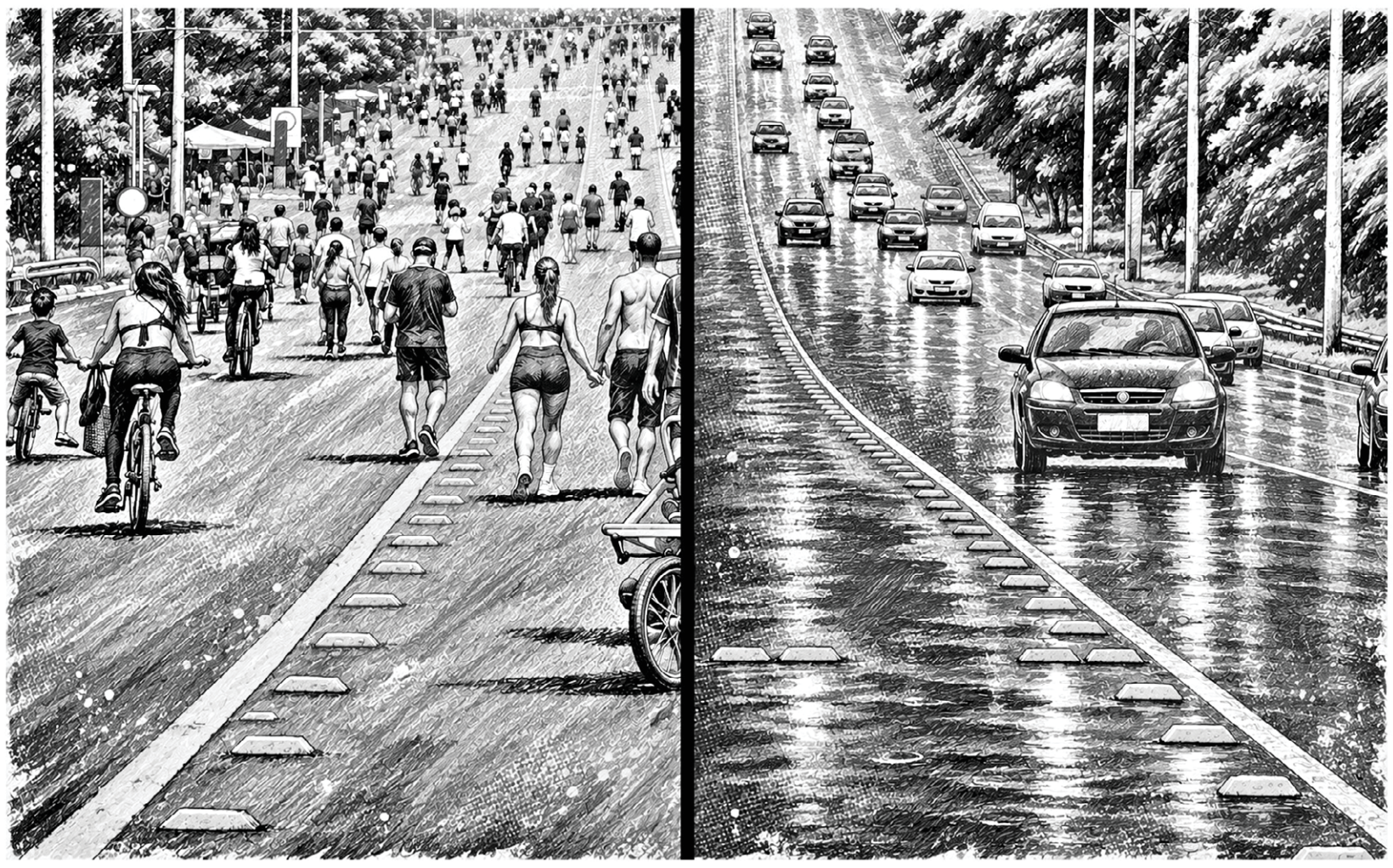
A discussão sobre o futuro do Eixão exige uma distinção conceitual clara entre a "função" e a "operação" da via. Funcionalmente, ela é uma via arterial, tal como o Eixo Monumental, a W3 e a L2. As vias arteriais podem operar em fluxo ininterrupto (como vias expressas) ou com fluxo interrompido (com interseções semaforizadas). No século passado, metrópoles optaram por construir vias expressas elevadas, segregadas das pessoas, a exemplo de Los Angeles, do Minhocão em São Paulo e da recém-demolida Avenida Perimetral no Rio de Janeiro. No sentido inverso, a tendência contemporânea busca ampliar áreas com limites baixos de velocidade. Não se justifica, pois, a teimosia em manter uma via que corta Brasília de norte a sul operando de forma expressa; sua conciliação com a cidade na mesma superfície não é possível nem desejável.

A alteração proposta não visa agir em detrimento da circulação de veículos motorizados, mas em detrimento da sua exclusividade. Atualmente, o Eixão opera como um espaço excludente. Mesmo o transporte coletivo, como o BRT na Asa Sul, circula ali sem efetuar embarque e desembarque de passageiros. Humanizar a via significa rever as prioridades de forma ampla, permitindo a convivência harmônica entre motoristas, pedestres e ciclistas, respeitando a diversidade de usuários do espaço público.

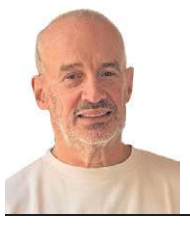
A física do trânsito fornece argumentos decisivos para a redução da velocidade. A violência de um impacto não varia de forma linear, mas proporcionalmente ao quadrado da velocidade. Assim, reduzir o limite de 80 para 60 km/h (25%) reduz a energia do choque em 44%. Além disso, a fração de tempo necessária para a percepção e reação do condutor faz com que o veículo percorra uma distância considerável antes do início da frenagem. A 80 km/h, um carro percorre 16 metros durante a reação e só para 53 metros após o ponto em que o motorista percebeu um pedestre a sua frente. A 64 km/h, esse deslocamento inicial cai para 12 metros, e a parada completa ocorre em 36 metros. Pode ser a diferença entre atingir ou não o pedestre.

Superar o quadro de violência viária exige um processo de mudança cultural e firme vontade política. O papel do poder público, quando atua com a devida responsabilidade, é demonstrar que o ganho de tempo com limites altos de velocidade é desprezível nas cidades e que nenhum ganho vale uma vida. Enquanto a resposta oficial do governo for recorrer da decisão judicial para ceder aos desejos de uma parcela mal-informada da população, Brasília continuará assistindo passivamente a cenas de barbárie no trânsito.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



A falsa ética do abandono



» HENRIQUE ANDRADE
Fundador do Instituto Doando Vida por Rafa e Clara

Sob o argumento sedutor de promover autonomia, certos discursos pretendem legitimar o abandono. Nos últimos tempos, tornou-se cada vez mais frequente no meio corporativo narrativas de que ajuda social cria dependência e de que projetos sociais viraram muletas, quando deveriam ser pontes. É uma lógica perversa, que exige reação imediata de instituições idôneas que trabalham em prol de pessoas em situação de vulnerabilidade. Antes de cobrar que alguém atravesse uma ponte rumo à independência, é indispensável garantir que essa pessoa tenha forças para ficar de pé. Solidariedade não é favor, é compromisso inegociável com a dignidade humana.

Não se constrói cidadania nem emancipação sobre o abismo da fome, da negligência na primeira infância ou da exclusão social. Organizações sérias não existem para acomodar pessoas, mas para amparar vidas enquanto ciclos históricos de miséria são rompidos. Esse é um trabalho de longo prazo, que exige constância, resiliência, afeto e valores que jamais caberão na frieza de um balanço trimestral. Não se pode suspender o amparo em nome de uma autonomia que ainda não recebeu condições reais para existir.

Gerar empregos, pagar impostos e produzir riqueza são obrigações básicas da atividade empresarial, não atos de benemerência. Nenhuma empresa prospera em uma bolha isolada da realidade que a cerca. Quando o setor privado retira recursos de entidades sociais sob a desculpa de que "não é o Estado", ele não pune a ineficiência do poder público. Na prática, condena diretamente os mais vulneráveis — gerações presas ao passado e ao presente de privações, famílias que jamais sairão desse ciclo sem uma mão estendida a elas. No Brasil, há instituições atuando na linha de frente, em lugares onde o Estado ainda não chegou. Abandoná-las é lavrar uma omissão diante de uma responsabilidade que pertence a todos nós.

A verdadeira filantropia não se mede pela conveniência, pelo retorno de marketing ou pela pressa por resultados imediatos. Fazer o bem sem olhar a quem é um imperativo moral: ajuda-se porque o outro precisa, e porque quem detém recursos carrega o dever ético de agir. Virar as costas para quem mais necessita sob o disfarce de "estimular o protagonismo" não fortalece a sociedade; apenas escancara a escolha confortável da indiferença.

Não podemos descansar enquanto milhões sobrevivem na escassez. Há uma década, eu, minha família e um grupo de amigos fundamos o Instituto Doando Vida por Rafa e Clara, que hoje acolhe 80 crianças e suas famílias. Nossa instituição só existe porque há pessoas e empresas que acreditam na transformação real e investem nela. Seguiremos lutando. Lutamos por um país melhor a todos, por mais consciência. Lutamos para que a solidariedade não seja tratada como um fardo, mas como o alicerce da nossa humanidade. Acredito na força do coletivo, pois ninguém constrói um futuro digno sozinho. É urgente superar a mentalidade ultrapassada e excludente que prefere julgar em vez de somar.

O ser humano julga, inclusive, o bem-feito. Por diversas ocasiões, ouvi de visitantes que observaram a qualidade do trabalho e a boa condição física do Instituto: "O OSC é muito bem-estruturado, não precisa mais de ajuda". Infelizmente, o que essas pessoas não percebem antes de proferirem a sentença é que as crianças e famílias que nos procuram já sobrevivem em meio à desestrutura, ao abandono, ao caos social. A transformação começa com a dignidade. Antes dessa conquista, é preciso ter e vivenciar um ambiente saudável, com comida no prato e escuta, com amparo e oferta. Sem isso, as chances de se quebrar o ciclo da miséria são mínimas.

Precisamos encarar uma verdade que ainda incomoda muitos brasileiros. Não existe riqueza legítima nem desenvolvimento sustentável, não existe uma nação digna — e feliz — enquanto a miséria assola as ruas e as periferias. Esse problema é nosso! Enfrentá-lo exige derrotar a mesquinhez e o egoísmo, assumindo que a justiça social interessa ao coletivo. Não existem atalhos para corrigir desigualdades históricas, mas há caminhos que precisam ser pavimentados por muitas mãos. No Instituto Doando Vida, vemos diariamente que as barreiras seculares e estruturais impostas aos mais pobres jamais cairão sem a união entre sociedade e Estado. A miséria é uma chaga destrutiva, mas ela não resiste à força da consciência coletiva decidida a agir.

A África nos espera, mas não por muito tempo



» RÔMULO NEVES
Diplomata de carreira, especializado em temas africanos, ministro conselheiro na Embaixada do Brasil em Kigali

Depois da virada histórica no segundo turno, Lula foi reeleito para um quarto mandato com uma ampliação de seu capital político interno, o que o possibilita fazer avançar algumas de suas agendas prioritárias; bem como de seu capital político externo, com a renovação e ampliação de seu papel de líder internacional.

É o momento ideal, portanto, para acelerar a agenda da política externa brasileira para a África, uma de suas prioridades expressas, mas que recebeu atenção limitada no terceiro mandato. A África precisa voltar a ser compreendida como uma importante frente de nossa política externa e não mais como uma punição, como apareceu nos discursos de ameaça de Eduardo Bolsonaro, que se autoproclamava futuro chanceler caso seu irmão fosse eleito. O ex-futuro chanceler prometeu enviar diplomatas alinhados com Lula para embaixadas do Brasil naquele continente. A ameaça foi de péssimo tom, mas ela revela um pensamento difuso subjacente de que a África seria um local de pouca importância, para onde devem ser enviados diplomatas relegados ao ostracismo.

A África acabou não recebendo muita atenção no início do terceiro mandato de Lula, diante do trabalhoso processo de reconstrução das instituições, mas já a partir da segunda metade do mandato, houve importantes iniciativas direcionadas ao continente, como: a realização de missões empresariais lideradas conjuntamente pelo Itamaraty e pela Apex; a abertura de mais de uma centena de novos mercados para produtos agropecuários; o estabelecimento de escritórios avançados da Embrapa, Apex e ABC em Adis Abeba; a realização de duas importantes reuniões conjuntas com os países africanos — uma com os ministros de Agricultura e outra com os reitores de universidades africanas; e, mais recentemente, o aumento de vagas para diplomatas em diversas embaixadas em países africanos.

Mas as oportunidades e a complexidade existentes no continente exigem ainda mais presença, iniciativas e, principalmente, mais pensamento estratégico. A África vive um momento de intenso crescimento econômico — sete das 10 economias que mais crescem no planeta estão no continente —, de aumento da consciência sobre seu papel no mundo, e de avanço de sua integração regional, o que cria oportunidades excelentes para parceiros que busquem uma relação com ganhos mútuos, portanto mais madura e igualitária, com os diversos países africanos. O Brasil é esse parceiro natural, e os africanos, após a reeleição de Lula, parecem estar abertos a retomar o tipo de relação construída nos primeiros dois mandatos. Após alguns anos de distanciamento, a repercussão internacional do resultado das eleições brasileiras fez com que Lula e o Brasil voltassem a ser uma referência para nossos parceiros africanos. A África nos espera, mas não por muito tempo.

Para essa retomada, seria preciso aprofundar o caminho indicado por Lula. Em primeiro lugar, seria necessário integrar o pensamento — e o conhecimento — sobre o continente dentro do governo e, de maneira mais ampla, dentro da sociedade brasileira, com a criação de um grupo de trabalho interinstitucional que se reunisse uma vez por mês para alinhar e planejar uma atuação integrada, com a presença de vários ministérios, órgãos como BNDES, Embrapa etc., além de representantes de associações privadas. As indicações definidas nesse espaço serviriam como plano de trabalho integrado tanto para as entidades internas como para as embaixadas, evitando retrabalho, gerando sinergias, ganhos de escala e, principalmente, inteligência compartilhada.

Outras iniciativas essenciais seriam: a retomada das visitas presidenciais — ou vice-presidenciais, aproveitando o excelente entrosamento entre Lula e Alckmin, acompanhados de significativas delegações empresariais; a retomada dos programas do BNDES de incentivo às exportações, direcionadas a operações na África; a retomada de reuniões conjuntas estratégicas com os países africanos, que não precisam necessariamente ser cúpulas e poderiam tratar de maneira integrada de temas pontuais, para garantir um seguimento substantivo e evitar a criação de expectativas não cumpridas; a revisão e retomada de projetos de cooperação, mas em um formato aprimorado, com aumento de eficiência no uso dos recursos para a obtenção do maior impacto possível mesmo com recursos reduzidos; o início da negociação de um acordo comercial entre o Mercosul e a Área de Livre Comércio Continental Africana; e a produção de um Livro Branco da Política Externa para a África, com objetivos de curto, médio e longo prazos, que possam integrar e servir de fundamento para a ação do Brasil no continente, para além do voluntarismo de um governo, para que a atuação na África torne-se, finalmente, política de Estado.

*****As opiniões neste artigo são pessoais e não refletem necessariamente a posição do Ministério das Relações Exteriores.*